

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SETOR
LITORAL**

SAUL DE SOUZA FREIRE SOBRINHO

**UM BREVE RETRATO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO
BRASIL**

MATINHOS- PR 2014

SAUL DE SOUZA FREIRE SOBRINHO

UM BREVE RETRATO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^oMs. Almir Carlos Andrade

MATINHOS- PR 2014

UM BREVE RETRATO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

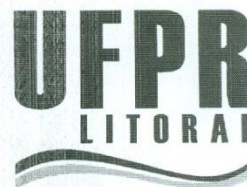
Saul de Souza Freire Sobrinho¹

Almir Carlos Andrade²

¹ Assistente Social formado em Serviço Social pelas Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL) e Pós-graduando em Questão Social em uma perspectiva Interdisciplinar pela UFPR litoral – Turma 2013. ²Mestre em engenharia de produção pela UFSC e professor da UFPR litoral e Coordenador da pós Graduação Questão Social em uma Perspectiva Interdisciplinar na UFPR Litoral.




Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
UFPR Litoral
Curso de Especialização em Questão Social
pela Perspectiva Interdisciplinar

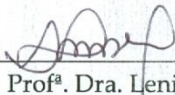


PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Orientador, Professor Mestre **ALMIR CARLOS ANDRADE**, realizaram em 07/11/2014 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do estudante **SAUL DE SOUZA FREIRE SOBRINHO**, sob o título "*Um breve retrato histórico da Assistência Social no Brasil.*", para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo o estudante recebido conceito "APL".

Matinhos, 07 de novembro de 2014.


Prof. MSc. Almir Carlos Andrade


Profª. Dra. Lenir Maristela Silva


Prof. MSc. Marcos de Vasconcellos Gernet


SAUL DE SOUZA FREIRE SOBRINHO
Estudante

Conceitos de aprovação

APL = Aprendizagem Plena

AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação

APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente

AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



RESUMO

O presente artigo tem como tema central abordar um breve retrato sobre a historicidade da Assistência Social no Brasil, sendo o ponto inicial a década de 1930, pois compreendemos que por muitas décadas o cenário que a Política da Assistência Social vivenciava no país estava embasado em ações caritativas, filantrópicas e assistencialistas. Sendo o assistente social um dos atores que estão inseridos na formulação, implementação e execução da Política de assistência social no país, se faz necessário à contextualização da construção histórica dessa Política. Traçamos como objetivo geral desse artigo retratar o contexto histórico da assistência social no Brasil, tendo como objetivos específicos descrever a história da Assistência Social no país e a interface da legislação da assistência social. Desse modo, para a efetivação do presente artigo optamos pelo materialismo histórico e pelo uso do método dialético, o qual nos possibilita uma aproximação mais concreta junto ao objeto de estudo, sendo que a metodologia de pesquisa utilizada é a pesquisa bibliográfica e documental.

Palavra chave: políticas sociais, assistencialismo, filantropia.

ABSTRACT

This article is focused on addressing a brief account of the historicity of Social Assistance in Brazil, being the starting point in the 1930s, because we understand that for many decades the scenario that the Social Assistance Policy in the country was experiencing was grounded in actions charitable, philanthropic and welfare. And being the social worker of the actors who are included in the formulation, implementation and enforcement of social welfare policy in the country, it is necessary to contextualize the historical construction of this Policy. We draw general objective of this article portray the historical context of social assistance in Brazil, with the specific objective to describe the history of Social Assistance in the country and the interface of social welfare legislation. Thus for the realization of this article we chose to use historical materialism and dialectical method, which allows us a more concrete approach to the next object of study, and the research methodology used is the bibliographic and documentary research. **Keyword:** social policy, welfare, philanthropy

INTRODUÇÃO

Temos que atualmente —A contemporaneidade exige cada vez mais profissionais qualificados, dotados de conhecimentos especializados e atualizados, flexibilidade intelectual no encaminhamento de diferentes situações e capacidade de análise para decodificar a realidade social (OLIVEIRA, 2003, p 43), ou seja, se faz necessário pensarmos que profissionais estão sendo constituídos para vivenciar o embate diante das interfaces propiciadas pelo capitalismo.

Neste cenário é essencial que o assistente social se aproprie da historicidade da construção da política de assistência social no Brasil, para que tenha mais propriedade diante da intervenção profissional nos diferentes espaços de trabalho, assim como possa contribuir para a garantia e efetividade dos direitos sociais do seu público de atendimento.

Sendo assim, cabe fomentarmos o conceito de hegemonia, pois a hegemonia esta interligada a dominação e a busca pela construção de poder em uma sociedade capitalista, a qual implica em dois blocos hegemônicos e ao mesmo tempo dependentes um do outro: —Classe Burguesa e Classe Trabalhadora. Neste patamar temos na fala de Vasconcelos(1988, pag.07), esta terminologia:

As instituições das Políticas sociais constituem por excelência o campo de luta pela hegemonia, através da combinação de mecanismos de dominação e de direção/consenso. As Políticas e programas sociais implicam, por um lado, regulação legal, disciplina (a política sindical, por exemplo), e por outro, em mecanismos de busca de consenso e reconhecimento da população (os programas previdenciários e assistenciais).

Com base nesse contexto, discorreremos em relação ao nosso Objeto Geral, retratar o contexto histórico da Assistência Social no Brasil, tendo como objetivos específicos:

- Descrever a história da Assistência Social no Brasil.
- Conhecer a interface da legislação da Assistência Social no Brasil.

Desse modo, para a efetivação do artigo optamos pela Teoria Crítica do materialismo histórico e pelo uso do método dialético, o qual nos possibilita uma aproximação mais concreta junto ao objeto de estudo. O que fica claro nas palavras de Minayo(1992, pag.65):

Enquanto o materialismo histórico representa o caminho teórico que aponta a dinâmica do real na sociedade, a dialética refere-se ao método de abordagem deste real. Esforça-se para entender o processo histórico em seu dinamismo, provisoriedade e transformação. Busca aprender a prática social empírica dos indivíduos em sociedade (nos grupos e classes sociais), e realizar a crítica das ideologias, isto é, do imbricamento do sujeito e do objeto, ambos históricos e

comprometidos com os interesses e as lutas sociais de seu tempo. Como se pode perceber, esses dois princípios estão profundamente vinculados, naquele sentido já advertido (e citado anteriormente) por Lênin: —O método é a própria alma do conteúdo.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, utilizaremos da pesquisa bibliográfica e documental, ambas tem semelhanças como trás a abordagem de Gil(1999, pag.51):

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. A estrutura do artigo esta dividida em uma introdução que comenta um contexto geral, depois têm três títulos, sendo que o último está composto de dois subtítulos.

Através dos títulos vamos trilhando um recorte histórico da construção da política da assistência social no país tendo seu inicio na década de 1930 e finalizando nos tempos atuais, nas considerações finais ressaltamos a importância dos avanços efetivados pelas legislações que compõem a política da assistência social, assim como as fragilidades neste processo.

1. O INÍCIO DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Na década de 1930, o Brasil passava por uma fase de transição nas transformações sociais no país, com a crise do café em 1929, o país passa a implementar as primeiras indústrias de base, ou seja, através do Governo de Getúlio Vargas buscavase sair da condição de país agroexportador para industrial, o que gera fortes mudanças junto à população da época.

O êxodo rural é um indício dessas mudanças, famílias buscam na cidade melhores condições de vida, na ilusória promessa do Estado oferecer condições dignas de sobrevivência, entretanto estas famílias não possuíam qualificação profissional para atuarem junto ao novo polo industrial, assim como as cidades não estavam preparadas estruturalmente para receber o contingente de pessoas que se locomoviam para os centros urbanos. Diante dessa realidade a pobreza não era considerada uma expressão da questão social, e sim estava estigmatizada como incapacidade individual do sujeito. Mas, a questão social esta interlaçada com o modelo econômico capitalista como apontam Bering e Boschetti (2007, pag.50):

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento— em geral setorializadas e

fragmentadas— as expressões multifacetadas da questão social no capitalismo sobre o trabalho.

Diante da instalação dos novos polos industriais no país temos o avanço do capitalismo como modelo econômico vigente na realidade brasileira, o que faz com que o Estado busque a introdução de um maior contingente de trabalhadores no sistema industrial e para que isto se efetive buscasse cada vez mais a ampliação da exploração da força de trabalho dos operários em detrimento das condições de trabalho dos mesmos. Assim novamente enfatizamos a fala de Bering e Boschetti (2007, pag.73):

Assim, foram decisivos processos como a ruptura com a homogeneidade da aristocracia agrária, ao lado do surgimento de novos agentes econômicos, sob a pressão da divisão do trabalho, na direção da construção de uma nova sociedade nacional. Contudo, esse movimento é marcado pela ausência de compromisso com a qualquer defesa mais contundente dos direitos do cidadão por parte das elites econômico-políticas, o que é uma marca indelével da nossa formação, fato que é fundamental para pensar a configuração da política social no Brasil.

Nestas condições, há atuação de um Estado manipulado pelas elites dominantes, as quais se utilizavam do Estado em interesses particulares. Entretanto, devemos também ressaltar como marco histórico a Lei Eloy Chaves, que estabelece a gênese da previdência social no Brasil, com a instituição das Caixas de Aposentadorias e Pensões, entretanto estas eram apenas para os empregados das estradas de ferro do país. Como destaca Bering e Boschetti (2007, pag.80):

O ano de 1923 é chave para a compreensão do formato da Política social brasileira no período subsequente: aprova-se a lei Eloy Chaves, que institui a obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores, a exemplo dos ferroviários e marítimos, dentro outro.

Neste contexto temos a proliferação da Igreja Católica, como um dos principais atores da Assistência Social no país, através da introdução da ideologia caritativa e assistencialista, como enfatiza Mestriner (1991, pag. 50):

[...] proliferam as entidades sociais de religiosos, ou leigos. A maioria de amparo a crianças, predominantemente de meninas órfãs: são internatos, educandários, que guardam ainda o caráter asilar, dispensarial. Multiplicam-se também as instituições centradas principalmente na disciplina e preparo para o trabalho. São as escolas paroquiais, escolas noturnas, albergues e todo tipo de associação de benemerência.

Desse modo, os resultados que em pouco tempo obtivemos foi o acirramento da —questão social, ou seja, aumento da desigualdade Social dessa população, as quais em sua grande maioria ocupavam os cortiços, favelas e cada vez mais estava sendo destinadas as regiões mais afastadas do centro da cidade, os salários que conseguiam com a venda

da sua força de trabalho, não garantiam a subsistência de suas famílias, o que impulsionava a mão de obra das crianças e mulheres nas indústrias, sendo que os salários dessa parcela da população eram menores que dos homens.

No decorrer da atuação do Presidente Getúlio Vargas se instala cada vez mais a centralidade do governo, principalmente nas ações da Política da Assistência Social, como meio para controlar a massa, que começa a reivindicar direitos trabalhistas e sociais, o que nos remete a fala de Mestriner (1991, pag.68):

[...] A Constituição de 1934: Esta Constituição, embora de duração efêmera, é considerada um dos mais avançados sistemas de proteção social que já se instituiu no Brasil. Introduz um sistema de financiamento já com os três parceiros no custeio da Previdência (União, empregadores e empregados), regra esta que se manterá em todas as sequências das leis. Estabelece assim a corresponsabilidade dos integrantes, amplia significativamente os recursos. A proteção agora mantida por esta contribuição triplíce passa ao —statusl de seguro, com duas importantes características, a obrigatoriedade da contribuição e a gestão estatal do sistema. Sai- se assim do estagio primitivo da proteção, de —Socorro Público concedido ao cidadão pelo Estado, ingressando na etapa do seguro social.

Sendo assim, mesmo o Presidente Getúlio Vargas instituindo um governo autoritário, paternalista e que seguia a política clientelista, temos avanços com o deferimento de algumas propostas exigidas pela classe trabalhadora, como: auxílio doença, auxílio invalidez, e auxílio velhice, morte e também acidente de trabalho e auxílio maternidade. Há efetivação da carga horária do trabalhador, descanso semanal, férias, trabalho do adolescente e salário mínimo.

Devido ao atendimento dessas reivindicações o então presidente fica conhecido como —Pai dos Pobresl. Mas, estes benefícios não são estendidos aos trabalhadores rurais e sim apenas aos trabalhadores urbanos que possuíam empregos registrados, ou seja, que tinham registro em sua carteira de trabalho, sendo que esta lei foi criada em 1932. Contudo, estas ações tinham seu viés ligado a entidades privadas, como afirma Hein(1997, pag.40):

A forma encontrada foi à formalização do apoio as tradicionais entidades assistenciais existentes [...]. Através do Decreto Federal 91 de 28/08/1935 criou-se a legislação de Utilidade Publica, a qual isentava de impostos e produzia uma serie de vantagens às instituições sem fins lucrativos oficialmente declaradas idôneas.

Em 1937, entra em cena o Estado Novo, e a criação da Constituição de 1937, apelidada de —Polacal devido a conter várias características antidemocráticas. Assim, vivenciamos um período ditatorial, estabelecendo o aumento do poder do Executivo Federal, com retaliações à manifestações contrária ao Estado. Nesta época reinava o temor

do Estado e da classe dominante da proliferação de uma ação comunista no país, devido ao contexto internacional vivenciado pelos Soviéticos X Estados Unidos, a centralidade do Estado também se ampliou.

A Assistência Social não era vista como uma Política Social, e sim uma forma de Amparo Social, o que estabelece a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, em 1938. Com o fim da segunda Guerra Mundial, se instala em diversos países o Welfare State ou Estado do Bem Estar Social², tendo como foco a ampliação da Assistência Social a todos os cidadãos, como comenta Sposati et al (1985) *apud* Mestriner (1991) para estes autores o estado de Bem Estar Social vem como uma estratégia para os países capitalistas pós guerra mais desenvolvidos como uma resolução para as desigualdades sociais, sendo que ocorre uma interligação entre a Política Keynesiana e o Estado de Bem Estar Social, pois a primeira proporciona um aumento do crescimento econômico e a segunda ameniza as expressões da questão social, no sentido de potencializar a produção e promovendo o consumo.

A política econômica Keynesiana para Bering e Boschetti (2007) tinha como viés uma perspectiva de gerar pleno emprego e ampliara a igualdade social, sendo que o Estado nesta perspectiva tem uma intervenção mais ativa diante da administração macroeconômica. Dessa forma o Estado passa a regulamentar as relações econômicas e sociais, entretanto ainda prevalece o conceito do individualismo, com a possibilidade de haver uma maior intervenção estatal nas diferentes áreas econômicas e sociais. Sendo que na área social o foco são as populações mais vulneráveis como crianças, deficientes e idosos, tendo a Política social como instrumento para atender essa demanda. Para Vasconcelos (1988, pag.18) a Política Keynesiana significa:

[...] a crescente intervenção do Estado na área social e Política, impondo corretivos ao mercado para estabilizar a produção e distribuição de bens e serviços, acaba tomando a forma do fenômeno tecnoburocrático no planejamento. Não só como forma de agilização, modernização e racionalização da ação estatal, mas também como *nova logica da regulação Política e ideológica*, buscando ampliar a legitimidade do Estado perante as massas através do fetiche do discurso técnico científico.

Desse modo, nos países aonde se aplicou o modelo econômico Keynesiano houve um avanço na estrutura dos direitos sociais junto à classe trabalhadora, entretanto

². Estado de Bem Estar Social: constituído por instituições públicas, se destina a elevar a qualidade de vida dos trabalhadores e da população, e a reduzir as diferenças geradas pelo mercado, através de transferências monetárias diretas ou indiretas, provisão de bens e serviços. Mestriner (1991).

devemos ressaltar que estes avanços foram efetivados devido ao contexto da crise econômica 1929, provocada pelo modelo capitalista e seguida pelos efeitos catastróficos da Segunda Guerra Mundial, e também pela luta da classe operária em busca de melhores condições de trabalho.

Outro ponto a ser ressaltado é a questão da Política social nos países periféricos, no caso em especial o Brasil, muitos autores consideram este meio para se manter a hegemonia dominante da burguesia no poder, ou seja, um meio para amenizar as expressões da questão social junto a classe trabalhadora, esta perspectiva é apontada por Pires em Revista Serviço Social e Sociedade:

As Políticas sociais nos países periféricos constituem mecanismos de sustentação do capitalismo, como também transformam a participação dos indivíduos em cooptação. [...] Mesmo sendo as Políticas sociais implantadas sob pressão dos indivíduos, na maioria das vezes são impostas a eles, pois, ao serem implantadas são normatizadas, e passam a representar os interesses da classe dominante, distanciando-se dos objetivos e necessidades das classes dominadas. (1988, pag. 44-45)

Sendo assim, temos autores que visualizam as Políticas sociais como meio para manutenção do sistema capitalista e manipulação da classe operária. O que no decorrer da história, em alguns períodos, da implementação de programas e projetos na área da Assistência Social, no país pode ser identificado à predominância de Políticas sociais: restritivas, conservadoras, caritativas, clientelistas e que realmente visam manter a ordem vigente.

Mas, cabe analisarmos que diante das conquistas de direitos sociais no processo histórico do país, os avanços e retrocessos fazem parte do fortalecimento da consciência social coletiva da classe trabalhadora, ou seja, auxilia na evolução da busca pela cidadania plena.

Com base nesse contexto, no Brasil, o que temos é a formação de um Estado Meritocrático, ou seja, a atuação de uma política social seletiva e fragmentada que atenderá apenas uma parcela da população, a que tem melhor poder de negociar e reivindicar, assim, temos um Estado, que continua dando ênfase à ideologia da caridade, do assistencialismo e clientelista com criação da LBA (Legião Brasileira de Assistência), em 1942, como demonstra novamente Sposati:

Em Outubro de 1942 a L.B.A. se torna uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltadas para —congregar as organizações de boa vontade. Aqui a assistência social como ação social é ato de vontade e não direito de cidadania. (2001 pag.20)

Nessas perspectivas propostas pela LBA, no decorrer da sua existência vai se fortalecendo enquanto Instituição de Ação Social no país, a qual tem varias empresas privadas conveniadas que exercem atividades filantrópicas com repasses de verbas financeiras, e a introdução do primeiro- damismo como uma característica forte desse órgão, o qual teve sua estreante a primeira dama Darcy Vargas, então esposa de Getúlio Vargas, esta conduta tem um ranço histórico nos dias atuais, quando observamos em muitas secretarias e fundações a presença da esposa dos Gestores Municipais com o cargo de Diretora ou Presidente das Secretarias de Ação Social.

Em 1943 temos o deferimento da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), a qual segue um modelo fragmentado e corporativista e que segundo Bering e Boschetti apud Santos (1987), —caracterizou-se como cidadania regulamentada. A CLT seguia a linha da Carta Del Lavoro, da época de Mussolini, a qual tinha como objetivo reconhecer alguns direitos sociais à grupos de trabalho por parte do Estado, o qual atrelava os sindicatos ao Ministério do Trabalho, tendo como objetivo manipular os sindicatos como meio de coerção e controle da classe trabalhadora.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Governo de Getúlio Vargas vai se enfraquecendo e em 1945, o Presidente é deposto por uma Comissão Militar, sendo que quem assumiu seu lugar foi o General Eurico Gaspar Dutra, durante o período do seu governo temos um estreitamento da democracia, com a implementação da nacionalidade e do liberalismo, também se proibe o movimento Unificado dos Trabalhadores, os sindicatos são controlados pelo Ministério do Trabalho e o Partido Comunista é colocado na ilegalidade.

Mas, em 1946 temos a promulgação da Constituição Federal de 1946 e o deferimento da Lei da Previdência Social a qual estabelece alguns direito sociais, como; assistência medica hospitalar preventiva ao trabalhador e a gestante, repouso da gestante pré- parto e pós-parto, assim como outros.

Neste momento, o contexto do país vivenciava o medo do Estado do regime socialista, sendo assim sobre influência norte-americana o capitalismo se instala de forma definitiva no país como modelo econômico vigente, permanecem ações autoritárias, centralidade da União em relação às ações dos Estados e Municípios. Nessas condições temos a pauperização cada vez maior da classe trabalhadora, entretanto a uma maior articulação da mesma em busca de melhores condições de trabalho.

Com a eleição de Juscelino Kubitschek, o qual intitulava o lema 50 anos em 05, sendo este seu plano de Metas para a sua gestão, tendo como linha o modelo desenvolvimentista, dentro de uma estratégia de substituição dos produtos importados, abre-se a economia para as multinacionais, como as empresas automobilísticas, siderúrgicas, hidrelétricas, entre outras. O chamado —Milagre Brasileiro, como afirma Sposati (1986, pag.15), —As grandes indústrias foram as mais beneficiadas, pois adquiriram por parte do governo benefícios como a redução tributária e isenções fiscais por longos períodos.

Começa a construção de Brasília, o que impulsiona um grande contingente de trabalhadores para o centro oeste, em busca de melhores condições de vida. No campo da política social está seguiu o modelo de Vargas: lenta, pontual, paternalista e fragmentada.

Apesar da grande mobilização dos universitários nos centros urbanos em busca da ampliação do ensino médio, da mobilização dos trabalhadores rurais que exigiam uma reforma agrária em detrimento dos grandes latifúndios, a —questão social foi tratada no Governo de Juscelino com a mesma perspectiva elencada por Vargas, ou seja, repasse de verbas as instituições filantrópicas para que estas executassem ações que deveriam ser do Estado, o qual se eximia dessas ações.

2. A ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS DÉCADAS DE 1960 A 1970

Adentramos a década de 1960 com o comentário da Bering e Boschetti(2007, pag.112):

Com consequências avassaladoras nas últimas décadas do século XX para as condições de vida e trabalho das maiorias, rompendo com o pacto dos anos de crescimento, com o pleno emprego keynesiano-fordista e com o desenho social-democrata das Políticas sociais.

Nesta década, temos como destaque o Regime Militar em 1964, tendo como atributo um governo tecnocrata, mas ainda dentro da linha centralizadora. No contexto da Política social a ideologia de —deixar o bolo crescer para depois reparti-lo, contudo apesar do crescimento econômico há um acirramento da pobreza e da desigualdade social no cenário brasileiro, conduzindo cada vez mais a um empobrecimento da classe operária. Pois, neste período o governo tem como medidas a acumulação do capital e a abertura internacional, o que ocasiona no país um arrocho do salário e uma enorme dívida externa.

No quesito das Políticas sociais o governo ainda mantém a perspectiva de uma Política fragmentada e focalizada, com destaque neste período pelas ações prestadas pelas

empresas SESC (Serviço Social do Comercio),SESI (Serviço Social da Industria) e SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Em 1966 temos a criação do INPS, (Instituto nacional da Previdência Social), o qual em 1977 se torna SINPAS (Sistema Nacional de Assistência Social), tendo o intuito de ampliação da proteção social. Desse modo a ênfase das características da Política social desse tempo, estão explicitadas na citação Faleiros (2000) apud Bering e Boschetti(2007, pag.136):

[...] no contexto de perdas das liberdades democráticas, de censura, prisão e tortura para as vozes dissonantes, o bloco militar-tecnocrático-empresarial, buscou a adesão e legitimidade por meio da expansão e modernização de Políticas sociais. A unificação, uniformização e centralização da previdência social no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1966, retiraram definitivamente os trabalhadores da gestão da previdência social, que passa a ser tratada como questão técnica e atuarial. Em 1967 os acidentes de trabalho passam também para a gestão do INPS [...]. A previdência foi ampliada para os trabalhadores rurais, por meio do FUNRURAL, [...] no valor de meio salario mínimo.

E em 1967, há uma nova Constituição Federal, a qual trás como novidades, a redução do tempo para aposentadoria da mulher que passa a ser de 30 anos de trabalho, também se efetiva o salario família. Em 1972, os empregados domésticos passam a ser cobertos pela previdência social, o que ocorre também com os jogadores de futebol em 1973 e os trabalhadores ambulantes em 1978. Já em 78, temos a oportunização de meio salario mínimo as pessoas idosas que não tem renda para manter a sua subsistência, desde que tenham contribuído pelo menos uma vez junto à previdência.

Contudo, temos em 1974 e 1975, mais uma crise cíclica causada pelo modelo capitalista, como aborda Bering E Boschetti (2007, pag.115-116):

[...] temos que uma de suas características principais foi a busca continua de rendas tecnológicas derivadas da monopolização do progresso técnico, direcionada a diminuição dos custos salariais diretos, cuja expressão maior é a automação. [...] ocorre uma crise clássica de superprodução. [...] O já presente agravamento do desemprego (não nas proporções atuais) pela introdução de técnicas capital-intensivas e poupadoras de mão-de-obra, a alta dos preços de matérias primas importadas, a queda do volume do comercio mundial, e um poder de barganha razoável dos trabalhadores empregados, advindo do ainda recente período de pleno emprego no capitalismo central.

Com base nas palavras das autoras acima, o contexto econômico da década de 1970, passa por turbulências que geram uma crise econômica no país, o que faz com que o Estado tome algumas medidas para administrar a situação como Planos de Governo direcionados em mecanismos autoritários, controladores, os quais tinham como ênfase a censura e o controle sobre as manifestações populares, ou seja, tínhamos uma política social que vivenciava o binômio da repressão-assistencialismo.

Com a entrada do Presidente João Figueiredo no governo e devido a todas as pressões internas no país, começa-se uma abertura Política para a democracia, entretanto, ainda de forma lenta e pontual, pois aos olhos do então Presidente o Brasil, deveria retornar a democracia de forma controlada e gradualmente.

As consequências deixadas no país pela ditadura militar estão até os dias atuais marcadas na sociedade brasileira, pois temos uma elevada desigualdade social, houve um aumento da inflação e da dívida externa, acirramento das expressões da questão social e o tão sonhado pedaço do bolo pelo qual a classe trabalhadora aguardava a sua parte, restou às migalhas.

3. A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

1.1 O Contexto histórico da Política de Assistência Social nas décadas de 1980 e 1990.

Adentramos a década de 1980 com a busca pela redemocratização do país, neste sentido há um contexto político e social de vários movimentos sociais e sindicatos que buscam a reconstrução da democracia no Brasil. Entretanto, cabe salientar que este período estava envolto em um agravamento da crise econômica, que gerou uma grande instabilidade na inflação do Brasil, assim como o acirramento da desigualdade de renda e a efetivação pelo estado de vários planos econômicos, no sentido de tentar frear a inflação. Porém não houve resultados satisfatórios, pois o país enfrentava —um processo circular e crônico de instabilização macroeconômica e política: instabilidade do crescimento; instabilidade na condução das políticas públicas (FIORI, 1992 *apud* SOARES, 2002: 36).

No ano de 1990, houve as eleições presidenciais entre o candidato da burguesia Fernando Collor de Mello, era oponente do candidato Luiz Inácio Lula da Silva que representava os trabalhadores. O resultado dessa eleição teve como vencedor o candidato Collor, o qual tinha como princípio gerencial, adotar uma Política econômica neoliberal, baseada em preceitos contidos no Consenso de Washington³.

³ —O Consenso de Washington é a denominação dada a um plano de medidas únicas de ajustamentos das economias periféricas, chancelado pelo Fundo Monetário Internacional, pelo banco Mundial, pelo banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo Governo Norte-Americano em reunião ocorrida em Washington em 1989, quando se inaugura a introdução do projeto neoliberal em mais de sessenta países. [...]. (RAICHELIS, 1998, Pag.71)

A aplicação da Política neoliberal tem como meta a concretização de um Estado Mínimo, ou seja, como menciona Laurell(2008, p.167), está embasada —[...] o corte nos gastos sociais, a privatização, a centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza e a descentralização.

Dessa forma, temos como resultado imediato à redução no campo social das ações do Estado, o qual repassa as entidades filantrópicas e ONGS pápeis antes executados pelo Estado, através de repasses de verbas financeiras a essas instituições. Na figura de Rosana Collor, esposa do presidente, então Presidente da LBA, temos a ampliação dessas instituições junto a este órgão, sendo este formalmente reconhecido como Gestor da Assistência Social no país.

No formato de política econômica neoliberal o Estado se exime da sua responsabilidade em relação aos direitos sociais, repassando esta responsabilidade a sociedade civil, ONGS, Instituições Filantrópicas e Comunidades, gerando assim um rebaixamento na qualidade de vida da população, principalmente a em estado de vulnerabilidade social, que já não prima por uma boa condição de subsistência dos mínimos básicos, agora esta cada vez mais a margem da sociedade.

No governo do presidente Collor se encaminha o primeiro projeto da Lei Orgânica da Assistência Social, porém foi indeferido pelo Presidente. Com o impeachment do Chefe da Nação, devido ao contexto das alegações de envolvimento com corrupção, assume seu vice Itamar Franco.

Em um cenário econômico devastado pela alta taxa de desemprego e inflação. O Presidente Itamar encontrou na Assistência Social um cenário que apresentava desarticulações administrativas e entre outros problemas, o que faz com que siga uma Política de maior abertura ao terceiro setor:

Tal movimento relaciona-se com a desregulação do papel do Estado na economia e na sociedade, a partir do que o Estado passa a transferir parcelas de responsabilidade para as comunidades organizadas, em ações de parceria com as denominadas organizações não-governamentais [...]. (RACHEILIS,1998, pag. 76).

Novamente temos o Estado como hegemonia do poder da burguesia, aonde ações Estatais são designadas a sociedade civil, e o Estado se torna mero orquestrando desse cenário, ficando indiferente a suas funções e deveres junto à população.

Mas, mesmo diante do desmonte das empresas estatais implantados pelo sistema neoliberal tanto do Governo Itamar franco e mais acirradamente no de Fernando Henrique

Cardoso (FHC), temos alguns avanços junto a Política da Assistência Social como o deferimento da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a qual foi efetivada em 07/12/1993 sendo a LEI nº 8742, tendo sua gênese nos artigos 223 e 224 da CF, como primazia estabelece que a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado.

A aprovação da Lei contou com as negociações de movimento nacional envolvendo gestores municipais, estaduais e organizações não governamentais com o Governo federal e representantes no Congresso Nacional. Dando início ao processo de construção da gestão pública e participativa da assistência social através de conselhos deliberativos e paritários nas esferas federal, estadual e municipal.

Para Pereira (1996, pag.101) temos como objetivos centrais na LOAS, —[...] Assegurar o que foi declarado na Lei maior -Constituição Federal de 1988, definir, detalhar e explicar a natureza, o significado e o campo próprio da Assistência Social no âmbito da Seguridade Social. Assim sendo, temos no artigo primeiro da LOAS (1993) que:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

No viés dessa nova perspectiva para a Política da assistência social no país, começamos a redesenhar uma nova historia, a qual passa a vislumbrar a importância de olhar para os sujeitos excluídos do mercado formal de trabalho e proporcionar Políticas publicas que acessem direitos sociais a esses sujeitos.

3.2 Política da Assistência Social e o seu desenvolvimento nos tempos atuais

Em 2001, temos a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o qual chega a Presidência da República. Entre as várias mudanças ocorridas no seu governo reportamos a efetivação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), tendo como funções primordiais: Política de Desenvolvimento Social, Segurança Alimentar e Nutricional, Assistência Social e Renda de Cidadania.

Devemos também destacar a IV Conferencia Nacional da Assistência Social, pois através dessa Conferencia temos a construção do SUAS (Sistema Único de assistência Social, 2004), que estão baseadas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de maneira a fomentar meios, esforços e recursos para a execução dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais.

O SUAS vêm a organizar as ofertas de assistência social para todo o Brasil, promovendo bem-estar e proteção social as famílias, crianças, adolescentes e jovens, pessoas com deficiência, idosas, ou seja, todos que dela necessitarem. Busca-se com a implementação do SUAS, romper definitivamente com a Política da precarização e focalização junto aos setores públicos, que tem seu legado desde os primórdios da Assistência Social no país. Como apontamos abaixo:

O SUAS é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. Em termos gerais, o SUAS:

- Consolida o modo de gestão compartilhada, o co-financiamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não-contributiva de Seguridade Social no campo da Assistência Social;
- Estabelece a divisão de responsabilidades entre os entes federativos (federal, estadual, Distrito Federal e municipal) para instalar, regular, manter e expandir as ações de Assistência Social como dever de Estado e direito do cidadão no território nacional;
- Fundamenta-se nos compromissos da PNAS/2004;
- Orienta-se pela unidade de propósitos, principalmente quanto ao alcance de direitos pelos usuários;
- Regula, em todo o território nacional, a hierarquia, os vínculos e responsabilidades do sistema-cidadão de serviços, benefícios, programas, projetos e ações de Assistência Social, de caráter permanente e eventual, sob critério universal e lógico de ação em rede hierarquizada de âmbito municipal, do Distrito Federal, estadual e federal;
- Respeita a diversidade das regiões, decorrente de características culturais, socioeconômicas e políticas, em cada esfera de gestão, da realidade das cidades e da sua população urbana e rural;
- Reconhece que as diferenças e desigualdades regionais e municipais, que condicionam os padrões de cobertura do sistema e os seus diferentes níveis de gestão, devem ser consideradas no planejamento e execução das ações;
- Articula sua dinâmica às organizações e entidades de Assistência Social com reconhecimento pelo SUAS. (NOB-SUAS, PNAS, 2005, pag. 20-21)

Destacamos um breve contexto da Política da Assistência social na contemporaneidade, por compreendermos que o Serviço Social intervém diretamente na conjuntura das contradições das relações sociais, ou seja, no cerne da questão social, que tem seus desdobramentos em expressões da questão social, as quais estão alicerçadas na realidade constitutiva da economia, da política, da cultural, da sociedade. Ou seja, entrecruzam na totalidade da realidade social e econômica do país, sendo dessa forma necessário entendermos a realidade dos momentos históricos vivenciados neste período, pois são bases da construção da própria história da profissão de Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após discorrermos no capítulo anterior em relação à codificação dos dados e análise dos mesmos, nos deparamos com as considerações finais desta pesquisa, a qual teve como cerne abordar um breve retrato sobre a historicidade da Assistência Social no Brasil.

Utilizamos da pesquisa bibliográfica e documental para nos respaldarmos do contexto histórico com o objetivo de termos suporte teórico para enriquecermos o contexto dessa pesquisa, no intuito de ampliarmos o nosso conhecimento acerca da temática. Dessa forma, utilizamos autores que dominam esta temática, como Raichelis, Bering e Boschetti, Sposati, Vasconcelos, entre outros, que nos forneceram um contexto histórico enriquecedor.

Demonstrando que a construção da historicidade da Política de Assistência Social no país está interligada às mudanças históricas ocorridas no contexto social, econômico, político e cultural do país. O que nos remete a sairmos da gênese assistencialista, conservadora, funcionalista da década de 1930, e percorrermos uma trilha que possibilite aos usuários da política de assistência social estar em construção da sua autonomia e busca pela emancipação humana.

Ao analisarmos o assistente social nesta conjuntura percebemos a importância dos avanços proporcionados pelas novas diretrizes da política de assistência social que trás para debaixo do seu guarda chuva uma demanda antes excluída pelo próprio Estado e que estava à mercê do assistencialismo e da caridade, sendo tratados com o estigma de pessoas carentes e não como sujeitos de direitos.

Sendo assim, cabe aos assistentes sociais que tem na política de assistência social seu espaço de trabalho constituído, zelar para que este público tenha um processo de construção de protagonistas da sua própria história em busca de autonomia e emancipação humana.

Ao Estado fica a oportunidade de reescrever uma nova história de forma a realmente garantir as condições mínimas de sobrevivência a uma parcela da população que sempre esteve à margem da proteção do Estado. Entretanto, ressaltamos que os avanços garantidos nas legislações vigentes ainda não se fazem presentes de forma efetiva na vida dos usuários, sendo necessário que a legislação também transpasse os papéis e

alcance de maneira efetiva e eficaz toda a demanda que necessita da política de assistência social.

A elaboração desse recorte histórico não tem como pretensão finalizar a reflexão sobre o contexto histórico da política de assistência social, mas sim provocar uma maior oxigenação nessa temática trazendo para o cenário acadêmico, a ponta do —iceberg‖ nesse imenso oceano de nome Política da Assistência Social no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 3. ed.- São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.742, 1993**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. (Acessado em 06.09.2014).

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004 e Norma Operacional Básica de Serviço Social – NOB/SUAS**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/assistenciasocial/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional>. (acessado em 19/07/2014)

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HEIN, Esther Luiza lemos. **A Construção da Proteção Social e as Entidades Sociais no Município de Toledo**. Dissertação de Mestrado. Pontífice Universidade Católica-PUC: São Paulo. Pags. 01-93, 1997.

LAURELL, Asa Cristina. **Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo**. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; 1992.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social**. Franca: UNESP/FHDSS, 2003.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **A Assistência Social na Perspectiva dos Direitos: Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

RACHEILIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de assistência Social: Caminhos da Construção Democrática**. São Paulo: Cortez, 1988.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.**

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: Uma questão em análise**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986, 112 p.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Um Modelo de Análise Marxista do Estado Capitalista e das Políticas Sociais**. Serviço Social e Sociedade. Ed: Cortez, São Paulo-SP, 1988.